

RESENHAS

O FETICHE E O CURRÍCULO: um viés epistemológico¹

Rafael Ferreira de Souza Honorato²

O autor descreve que o livro *Currículo como Fetiche* é uma obra que vem, de forma descontraída e com outros olhares mais poéticos e históricos, apresentar ao campo teórico, “tradicional e aborrecido”, um pouco de graça. De forma animada, afirma que a leitura do livro pode não ser mais prazerosa do que outras atividades que fazemos corriqueiramente, mas que a obra vem para colocar no cenário dos estudos uma alternativa e sugestão de trabalho onde o desejo e o prazer estão como propulsores da vontade de saber.

Como contexto, o livro reporta a “virada cultural”, ou até mesmo teórica, no campo da pedagogia e dos estudos curriculares, evidenciando um período de Teoria com “T”, como fala o próprio autor, às quais ele não se opõe e chama de teorias privilegiadas. É nesse contexto que a narrativa do livro se desdobra numa retomada de alguns conceitos recentes na crítica cultural da área educacional e curricular.

Como pergunta central da obra, Silva coloca “Como seria se víssemos o currículo a partir de três conceitos três: práticas de significação, representação, fetiche. São esses conceitos que dão origem aos três capítulos do livro: “Currículo como práticas de significação”, “o currículo como representação” e o “currículo como fetiche”.

O Capítulo I, intitulado de “Currículo como práticas de significação”, começa por nos situar dentro do contexto social. Na construção desse panorama, o autor destaca os avanços ocorridos nas áreas tecnológicas, de comunicação, do conhecimento, dentre outros. Em decorrência desse contexto e avanço que o autor nos relatou, ele ainda elenca quais são os reflexos na organização social, tais como: a emergência de novas identidades sociais e culturais, superando as fronteiras, tabus, criando um processo de hibridização e identidades.

¹ Atividade desenvolvida na disciplina TÓPICOS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS: currículo, políticas e contextos no Brasil do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) do Centro de Educação (CE)/UFPB-CAMPUS I ministrada pela Profª. Dra. Maria Zuleide da Costa Pereira

² Graduando de Pedagogia pela Universidade Federal Paraíba (UFPB, Aluno Especial no Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) no tópico em políticas. Bolsista da Iniciação Científica, Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Curriculares (GEPPC), orientando da Professora Dra Maria Zuleide da Costa Pereira.

Em contra partida a essas características positivas citadas no texto, surgem posições que se colocam contrárias e ressaltam a negatividade de uma sociedade que aflora no ser humano tantos prazeres. Silva vai dizer que a sociedade a qual ele tinha acabado de colocar pontos positivos está constituída também em meio a desespero, dor, sofrimento, miséria, tragédia, violência, anulação e negação das capacidades humanas. Assim, acabamos por ver que tudo está dentro de uma lógica de dominação, exploração, destituição, exclusão, privação, exploração do outro, implicando numa “afirmação da identidade hegemônica do sujeito otimizador de mercado” (p.8)

É exatamente aí, nessa sociedade de controvérsias e de paradoxos, que o professor e a professora se encontram obrigados a fazer aquelas perguntas chaves à compreensão, que colocam em evidência as suas funções e reponsabilidades. Para o autor, esse exercício (pós)crítico é responsável por manter o processo de significação em constante funcionalidade, ou seja, para o autor não podemos nos colocar como se a “verdade” fosse a que a sociedade, para chegar a uma qualidade, é circundante a lógica de mercado, que as esferas do público se confundem com as esferas do privado o que gera uma identidade de consumo. Essa prática, para Silva, acaba por dar “curto-circuito” no processo de significação e na educação, faz com que as ações sejam reduzidas a uma naturalização do sentido, onde favorece a produção de dois tipos de sujeito: os que vão administrar a nova ordem social e os que vão ser a mão de obra para mover a máquina econômica.

Assim, o autor aponta outras possibilidades de significação do social, do político e do educativo, podendo através das mesmas perguntas darem novas respostas e se fazer novas perguntas, definir novos problemas. Logo, abre o campo de significação à polissemia, a ambiguidade, a indeterminação, causando uma multiplicidade e disseminação na significação e na produção de sentidos.

Aí chegamos a uma pergunta que pode ser a chave para entender o capítulo I do livro: qual são as vias que vão possibilitar a (re)estruturação da sociedade, a mudança em si? Para o autor, é na Crítica que surge a resposta, pois esse vertente currículo estava no centro da relação educativa, afirmação que o autor não vai de encontro, ele diz que o currículo é justamente onde estão e as lutas em tornos dos diferentes significados que tocam o social e o político. É justamente no território curricular, compreendido como discurso político educacional, que os grupos sociais, principalmente os dominantes, expressam suas verdades.

As transformações sociais que o autor citou no capítulo são responsáveis diretamente, e junto com os novos movimentos sociais, por uma renovação na reflexão e na

prática curricular. O texto vai desenvolver sua visão apoiado na vertente pós-estruturalista que é responsável por reformular algumas análises e tradições críticas neomarxistas, colocando o currículo no centro de uma prática cultural e como prática de significação.

No capítulo II, que ele dá o nome de “O currículo como representação”, Silva opta por iniciar seu texto levantando questões como a desestabilização de epistemologias. Para que esse cenário se estabelecesse, a “virada linguística” foi fundamental, pois o autor reforça que epistemologia é diretamente ligada às formas de representação. Com a intenção de chegar a profundidade dessa discussão, há uma necessidade de compreendermos o que é representação, para o autor, e segundo o viés epistemológico que ele resolveu seguir na obra, a representação é a “relação entre o ‘real’ e a ‘realidade’ e, de outro lado, as formas pelas quais esse ‘real’ e a ‘realidade’ se tornam ‘presentes’ para nós – representados” (p. 32).

Após entendermos essa ideia de representação, o autor nos lança a outra visão, ou seja, as formas de representação. Segundo Silva, a perspectiva pós-estruturalista “conhecer e representar são processos inseparáveis” (p. 32), mas a representação é possível através da “inscrição, marca, traço, significante” (p. 32) diferente do processo mental, que é a “face material, visível, palpável, do conhecimento” (p.32). Assim, a “virada linguística” tem sua fundamentação justamente nas formas de representação, bem como reforça que o conhecer e representar é um processo que anda lado a lado com as relações de poder o que acaba por originar a “política de identidade”, que para o autor é a intenção de usar a representação como forma de conhecimento e poder.

Continuando o seu ensaio, o autor chega à relação entre a representação e a significação. Silva destaca que “a representação é um sistema de significação” (p. 35) e fazendo uso do estruturalismo desvela que a representação faz parte da relação que existe entre o significante e o significado

No último capítulo do livro, o autor apresenta sua argumentação sobre as questões que rodeiam a visão do currículo como fetiche. Após fazer uma apresentação histórica sobre a etimologia da palavra “fetiche”, o autor acaba por defender um currículo que supere uma dicotomia, na qual dificulta a distinção entre as experiências reais e imaginárias, afirmando uma necessidade de investigação do real sob a perspectiva de um olhar que reflete um pensamento lógico e crítico. Ou seja, um currículo onde os conhecimentos elencados pelos sujeitos possa ser (re)interpretados, sujeito a divergências, conflitos, a controvérsias, disputas.

Olhar para o currículo com uma perspectiva de fetiche é entendê-lo como uma oportunidade de reconhecer as semelhanças entre os múltiplos conhecimentos que circundam

a escola e a vida comum dos sujeitos atendidos no espaço escolar. Para o Tomás Tadeus, ver o currículo como fetiche pode ser ainda uma oportunidade de instituir nesse artefato as ambiguidades, as contradições, indeterminações o que nos faz restaurar a necessidade de um fetiche para podermos nos motivar a alcançar certos objetivos.

CONCLUSÃO

A obra Currículo como Fetiche do referido autor faz uso do viés pós-crítico no Brasil, bem como contribui para criar um espaço de interlocução entre os campos, onde os sentidos são multiplicados e os conhecimentos expandidos. O autor posiciona-se a favor de uma flexibilidade de significados, de narrativas, de valores, de classificações, de subjetividades, de verdades e abre espaço o coletivo. Estimula olhar para a educação como novas possibilidades, pois debruça seus estudos por um viés que coloca em evidência os antigos problemas, traz novas questões e pode ter as mesmas respostas ou acabar por chegar a outros fins, mas para tal era preciso mostrar a importância de significar de outro modo, de criar, produzir, multiplicar e proliferar nessas questões.

Observa-se que as questões que circundam o conhecimento e o currículo são focos de estudiosos/as dedicadas/os à teorização e às práticas críticas em educação. O autor destaca que o currículo é também um dos elementos centrais das reestruturações e das reformas educacionais (em nome da eficiência econômica) porque o currículo é o espaço onde se concentram e se desdobram as lutas em torno dos diferentes significados sobre o social e o político. O currículo, concebido como elemento discursivo da política educacional, possibilita que os diferentes grupos sociais, especialmente os dominantes, expressem sua visão de mundo, seu projeto social, sua “verdade”.

As políticas curriculares entendidas como texto (discurso) são um importante elemento simbólico do projeto social dos grupos no poder. Pois, é através desses discursos que certos grupos de especialistas são autorizados e outros desautorizados. Ainda são capazes de fabricar os objetos “epistemológicos” de que falam; atribuir ações e papéis específicos; gerar diretrizes, normas e livros didáticos. Então, a política curricular, a partir do texto, entendida como currículo, define posicionamentos em sala de aula, os papéis de professores e alunos, bem como redistribui dá autoridade e iniciativa, determina um conhecimento como válido e formas válidas de verificar sua aquisição, desloca certos procedimentos e concepções epistemológicas, colocando outros em seu lugar. Efetua, em fim, um processo de inclusão de certos saberes e de certos indivíduos, excluindo outros. O currículo fabrica saberes,

competências, sucesso, fracasso, estabelece diferenças, constrói hierarquias, produz identidades.

REFERÊNCIAS

SILVA, Tomaz Tadeu da. Currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular. 1. ed., 4 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.